

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE LICENÇA DO APLICATIVO 'GOVFÁCIL', PARA ACOMPANHAMENTO DE ÍNDICES, DADOS E INFORMAÇÕES REFERENTES AO MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO- MS.

SETOR SOLICITANTE

Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho-MS

Unidade/Setor/Departamento: Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças

AUTORIDADE RESPONSÁVEL PELA DEMANDA

Nome: Jeferson Regi Ferreira

Decreto n.º 105/2026

E-mail: seplanf@portomurtinho.ms.gov.br

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

A presente contratação tem como justificativa, fazer frente a demanda por uma Administração Pública atualizada, interativa e dinâmica, que atenda às demandas dos órgãos de controle interno e externo, alinhando-se ao progresso tecnológico. Fundamenta-se a necessidade de adquirir um software de gestão pública, como o presente, dadas suas peculiares e exclusivas características, cruciais para tomada de decisões assertivas. Essa aquisição é essencial para fornecer os meios tecnológicos requeridos para uma gestão eficaz das atividades municipais e para a adequada prestação de contas aos órgãos de fiscalização e aos Tribunais de Contas Estaduais e Federais, garantindo, assim, rapidez, eficiência e qualidade nas operações realizadas pelo Governo Municipal de Porto Murtinho – MS.

QUANTIDADE DO PRODUTO OU SERVIÇO

Item	Descrição	Unidade	Quant	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total
001	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DO APLICATIVO 'GOVFÁCIL', PARA ACOMPANHAMENTO DE ÍNDICES, DADOS E INFORMAÇÕES REFERENTES AO MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO. (LICENÇA "BRONZE").	ANO	001	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00

LOCAL DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

Município de Porto Murtinho – MS

FORMA DE CONTRATAÇÃO SUGERIDA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DO REQUISITANTE

FISCAL DE CONTRATO: GIOVANA GOMEZ CORREA CPF/MF 066.374.651-51

GESTOR: JEFERSON REGI FERREIRA

REQUERIMENTO

De:	Jeferson Regi Ferreira - Secretário Adjunto de planejamento e Finanças
Para:	Nelson Cintra Ribeiro - Prefeito Municipal
Data:	05 de maio de 2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE LICENÇA DO APLICATIVO 'GOVFÁCIL', PARA ACOMPANHAMENTO DE ÍNDICES, DADOS E INFORMAÇÕES REFERENTES AO MUNICÍPIO PORTO MURTINHO.

Detalhamento do Objeto:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total
001	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DO APLICATIVO 'GOVFÁCIL', PARA ACOMPANHAMENTO DE ÍNDICES, DADOS E INFORMAÇÕES REFERENTES AO MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO (LICENÇA 'BRONZE'. Vide Proposta Comercial anexa.	ANO	1	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00

TOTAL R\$ 12.000,00

Justificativa: A presente contratação tem como justificativa, fazer frente a demanda por uma Administração Pública atualizada, interativa e dinâmica, que atenda às demandas dos órgãos de controle interno e externo, alinhando-se ao progresso tecnológico. Fundamenta-se a necessidade de adquirir um software de gestão pública, como o presente, dadas suas peculiares e exclusivas características, cruciais para tomada de decisões assertivas. Essa aquisição é essencial para fornecer os meios tecnológicos requeridos para uma gestão eficaz das atividades municipais e para a adequada prestação de contas aos órgãos de fiscalização e aos Tribunais de Contas Estaduais e Federais, garantindo, assim, rapidez, eficiência e qualidade nas operações realizadas pelo Governo Municipal de Porto Murinho -MS.

Razão da Escolha da Contratação: A empresa GOVFÁCIL GESTÃO & TECNOLOGIA LTDA., inscrita no CNPJ nº 41.668.613/0001-55, foi selecionada para ser contratada, uma vez que a mesma é a única que oferece a solução técnica que atende as necessidades da Administração

e que detém a exclusividade dos serviços e por ser desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização em todo território nacional do aplicativo GovFácil, compreendendo as funcionalidades descritas acima. De suma importância relatarmos que, pelo estudo dos princípios e leis que regem o processo licitatório, como exigência obrigatória na administração pública, tem objetivo duplo, qual seja: proporcionar a realização do negócio mais vantajoso para a administração pública e assegurar condições de igualdade entre eventuais interessados. De acordo com o Termo de Referência, "o ato convocatório da licitação deve estabelecer condições que assegurem a seleção da proposta mais vantajosa (...), com observância do princípio da isonomia. É essencial/ que a licitação

seja um procedimento orientado por critérios objetivos, sendo lícita a adoção de cláusulas ou quaisquer práticas que, de modo pardo/ ou total, restrinjam, afetem ou dificultem legitimamente a competição." Isso não significa, todavia, que a Administração Pública não pode prever exigências necessárias para garantir a melhor contratação possível em face de sua necessidade. O que não se admite é a fixação de cláusulas e condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação por estabelecerem circunstâncias impertinentes ou irrelevantes na especificação do objeto a ser contratado. Importante ainda destacar que foi realizada pesquisa mercadológica para verificar a possibilidade de existência de mais de uma empresa capaz de fornecer os serviços requeridos, sendo que ao final, não se identificou nenhuma outra empresa que ofereça os serviços específicos, justificando, assim, a impossibilidade de haver competição e concorrência no caso em questão. Por isso, com base no art. 74 da Lei nº 14.133/21, o procedimento presente é a medida que se impõe. Além disso, como prova da exclusividade dos serviços prestados, anexa-se a este pedido o Certificado de Exclusividade de Titularidade e Comercialização, que confirma que a empresa é a única fornecedora dessa tecnologia no território nacional.

Do Preço: O valor total estimado a ser cobrado será **R\$ 12.000,00 (doze mil reais)** anual, referente a contratação do plano 'BRONZE'. Os preços dos serviços a serem contratados estão em conformidade com os praticados no mercado, para o referido tipo de serviço, conforme se constata no orçamento em anexo a esta solicitação, comprovando assim não haver qualquer tipo de superfaturamento ou sobre preço.

Da Fundamentação: A presente Inexigibilidade de Licitação encontra respaldo no art. 74, I da Lei nº 14.133/21, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.



Jeferson Regi Ferreira

Secretário Adjunto de Planejamento e Finanças
Portaria: 105/2026.




PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS



Submeto **DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA**, para avaliação e providencia.

Porto Murtinho-MS, 05 de maio de 2026


Jeferson Régis Ferreira
Secretario Adjunto de Planejamento e Finanças
Portaria: 105/2026.